

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8634821>

DOI: 10.20396/etd.v17i1.8634821

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2015.0 by UNICAMP/FE. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>



GUATTARI E A TOPOGRAFIA DA MÁQUINA ESCOLAR

GUATTARI AND THE TOPOGRAPHY OF THE SCHOOL MACHINE

GUATTARI Y LA TOPOGRAFÍA DE LA MÁQUINA ESCOLAR

Alexandre Filordi de Carvalho¹
André Campos de Camargo²

RESUMO: O objetivo do artigo consiste em analisar a produção da máquina escolar em sua topografia. A hipótese é dupla. De um lado, a análise dessa produção conduz o pensamento a entender como um conjunto de condições pelas quais a escola opera suas finalidades está forçosamente ligado a uma produção maquínica de subjetividade capitalística. Na escola encontra-se uma subjetividade sujeitada aos componentes e aos circuitos de como a máquina escolar produz e opera os seus sujeitos. De outro lado, acessa-se a uma série de problematizações que instiga e convoca o pensamento a agir com o intuito de curto-circuitar o estado atual da máquina escolar. Pensar a topografia da máquina escolar é ativar rupturas e atopias, produzir outros fios de agenciamento com a experiência escolar e educativa, criar outras derivações que potencializam o campo da subjetividade, considerando os processos de singularização. Para tanto, as análises concentram-se no pensamento de Guattari.

PALAVRAS-CHAVE: Interação homem-máquina. Escola. Subjetividade. Sociedade capitalista.

ABSTRACT: This article aims to analyze the production of the school machine in its topography. The hypothesis has two sides. On one hand, the analysis of this production leads to understand how a series of conditions operated by the school is strongly linked to machinic production of capitalistic subjectivity. In the school, one find a subjectivity under direction of components and of the circuits in the same manner that a school machine produces and operates its individuals. On the other hand, one access a number of problematizations that incites and calls the thought to act regarding a short circuit of the school machine's current state. Think the topography of the school is to active ruptures and atopies, produce others wire of agency acts with school and educational experience, create other derivations that enhance the subjectivity field, bearing in mind the processes of singularization. In order to do that, the analysis concentrates on Guattari's thought.

KEYWORDS: Man machine interaction. School. Subjectivity. Capitalistic Society.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la producción de la máquina de la escuela en su topografía. La hipótesis tiene dos lados. Por un lado, el análisis de esta producción lleva a entender cómo una serie de condiciones que opera la escuela está fuertemente ligada a la producción maquínica de la subjetividad capitalística. En la escuela, uno encuentra una subjetividad bajo la dirección de los componentes y de los circuitos de la misma manera que una máquina escolar produce y opera sus sujetos. Por otro lado, uno accede a una serie de problematizaciones que incita y llama a la reflexión para actuar produciendo un cortocircuito en el estado actual de la máquina escolar. Pensar la topografía de la escuela es activar rupturas y atopias, producir otros hilos de agenciamientos con la experiencia escolar y educativa, crear otras derivaciones que potencializan el campo de la subjetividad, teniendo en cuenta los procesos de singularización. Con el fin de hacer eso, los análisis se concentran en el pensamiento de Guattari

PALABRAS CLAVE: Interacción hombre máquina. Escuela. Subjetividad. Sociedad capitalista.

¹ Professor do departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP – São Paulo, SP – Brasil – E-Mail: afilordi@gmail.com

² Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Diferenças e Subjetividades - DiS – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas, SP – Brasil – E-mail: camargo.andre.campos@gmail.com>

Recebido em: 24/07/2014 - **Aceito em:** 09/03/2015



Figura 1: Richard Lindner, Boy With Machine, 1954

A produção de uma pesquisa autêntica dificilmente é consumível, uma vez que questiona a ordem social. (GUATTARI, 2004, p. 304)

1 SUJEITOS E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: QUESTÕES INICIAIS SOBRE UM ENTRE MÁQUINAS

No quadro intitulado, *Boy With Machine*³ (Menino com máquina) do pintor germano-estadunidense Richard Lindner, temos uma criança operando uma pequena máquina ao mesmo tempo em que faz funcionar outras máquinas. Nada mais sugestivo do que um quadro de um menino em idade escolar e suas máquinas para nos levar a problematizar, a partir dos referenciais teóricos de Félix Guattari, alguns aspectos da instituição escolar⁴ no processo de subjetivação dos indivíduos na atualidade.

A imagem inicial que ilustra este artigo, pintada na década de 1950, parece suscitar em um observador mais apressado alguns temores em relação às máquinas. Se prestarmos atenção aos detalhes, veremos que talvez o artista pretendesse transmitir uma sensação de consonância, de funcionamento ordenado entre o garoto e as máquinas. Estaríamos, assim, diante de uma coextensão entre máquinas e sujeito; sujeito e máquinas. Não é sem motivo que o menino túrgido é pintado com um semblante tranquilo, ao mesmo tempo em que segura

³ Richard Lindner, *Boy With Machine*, 1954, óleo sobre tela, 102 x 76 cm. A reprodução da imagem pode ser encontrada na 19ª página do livro: *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Escrito por Félix Guattari e Gilles Deleuze. São Paulo: Editora 34, 2010.

⁴ Compreendemos a instituição escolar como um agenciamento fundamental da sociedade capitalística para a produção de subjetividade. Apesar de cada escola possuir especificidades peculiares, neste artigo tomamos a sua concretude no geral, como instituição de formação de grupos-sujeitados em função da sociedade capitalística. O artigo não visou uma análise empírica de uma escola especificamente.

em sua mão direita, como se estivesse brincando, um mecanismo de metal envolto em dois fios metálicos.

O primeiro desses fios é estirado pela mão esquerda do garoto, formando um triângulo. O segundo, por sua vez, está ligado à engrenagem de uma das máquinas maiores. A impressão que se tem é que se o mecanismo em suas mãos fosse colocado em movimento, todo o conjunto maquinico se acionaria. Contudo, para que o funcionamento completo dos equipamentos possa ser estabelecido, a perna esquerda do garoto precisa acionar uma alavanca em forma de balsa. Aparentemente é nesta última ação, já que a primeira parece dar apenas início ao funcionamento do complexo sistema, que o processo de automação homem/máquina se realiza plenamente. Se relacionarmos a imagem ao pensamento de Guattari constataremos que as diferentes máquinas técnicas, sociais e subjetivas parecem funcionar isoladamente, sem qualquer ligação, temos, na verdade, uma gigantesca engrenagem formada por inúmeras máquinas que fazem funcionar a gigantesca máquina planetária conhecida por todos nós como capitalismo.

Se extrapolarmos um pouco o que vemos na imagem e atribuirmos significados para as máquinas que se acoplam no menino, poderíamos dizer que a gigantesca máquina que fica ao fundo, no quarto plano, diz respeito ao capitalismo. Mais precisamente ao que será entendido, como veremos, por máquina capitalística. A máquina maior que está no terceiro plano, poderia ser a instituição escolar: a máquina social escolar. O pequeno mecanismo, apresentado no primeiro plano, representaria uma máquina técnica. O seu funcionamento é ativado por todo tipo de apoio tecnológico. Nesse caso, a tecnologia não apenas irrompe uma nova condição de relação com as coisas e com o mundo, como ainda forja componentes criativos de subjetivação. Por exemplo, a extensão MP3 consolida um estilo de ouvinte musical e de derivação de relações sociais com a música. Finalmente, o garoto em idade escolar encontra na própria subjetividade maquinica um processo de agenciamento coletivo de enunciação⁵.

Para Guattari (2011a, 2011b), a máquina é um conceito-chave que nos permite ultrapassar as ideias de representação, de estrutura e de fundamentação metafísica das condições histórico-sociais pelas quais os sujeitos produzem suas existências na mesma proporção que são maquinicamente produzidos. Em outros termos, toda máquina se articula a um encadeamento produtivo advindo de outras máquinas. Por exemplo, os espaços de fechamento da escola a permitir certas possibilidades de relações e de convivência, como o pátio, não é uma criação própria da escola. Tal espaço reativa linhas entremeadas, os seus *phylums* maquinicos, advindos das máquinas de produção de espacialidade dos antigos

⁵ De forma simplificada, podemos dizer que a subjetividade humana funde os fluxos maquinicos (podemos chamá-los de forças), da relação que mantém com uma série de máquinas (técnicas, sociais, abstratas, etc.), e os transforma em territórios existenciais subjetivos. Esses territórios, no entanto, estão em constante movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

monastérios, dos conventos, dos asilos, dos sanatórios, das prisões, etc. Mas também da organização dos soldados romanos em decúrias, em centúrias, e sucessivamente; ou, ainda, dos espaçamentos divisores dos signos feudais. A máquina se atualiza conforme a sua produção e a finalidade de seus agenciamentos. Por isso mesmo, cada máquina possui consistência própria e faz produzir as suas consistências subjetivas advindas de suas operações. Claro está, portanto, por que ela não se fixa a uma estrutura única, a uma representação global e congelada, ou na forma de um significante universal. “A essência da máquina é precisamente essa operação de *afastamento de um significante* como representante, como ‘diferenciante’ (*différenciant*), como corte causal, heterogêneo à ordem das coisas estruturalmente estabelecidas” (GUATTARI, 1974, p. 243).

A partir da leitura das máquinas que compõem a grande máquina da imagem, alguns questionamentos surgem: por que o menino brinca com uma pequena máquina enquanto faz funcionar uma máquina maior, a própria instituição escolar que, por sua vez, está inequivocamente ligada a uma gigantesca máquina: a máquina capitalística? Como seria a consistência dessa máquina capitalística gigantesca? Em que medida o menino, a escola, a máquina técnica, coproduzem-se sob o fundo da máquina capitalística? Assim, por que a instituição escolar necessita de pequenas máquinas acopladas ao seu funcionamento? De que ordem são essas micromáquinas? Enfim, se todas as máquinas são interligadas, o que se produz preponderantemente a partir dessa relação?

Sob tal cenário, o objetivo deste artigo consiste em analisar a produção da máquina escolar. A nossa hipótese é dupla. De um lado, a análise dessa produção conduz o pensamento a entender como um conjunto de condições pelas quais a escola opera suas finalidades está forçosamente ligado a uma produção maquínica de subjetividade. Diante da escola, estaríamos *vis-à-vis* com uma subjetividade sujeitada aos componentes e aos circuitos de como a máquina escolar produz e opera os seus sujeitos. De outro lado, e por derivação, acessamos a uma série de problematizações que instiga e convoca o pensamento a agir com o intuito de curto-circuitar o estado atual da máquina escolar. A partir da própria escola, de seu *topos*, de sua topografia⁶, ativar rupturas e atopias, produzir outros fios de agenciamento rodutivo com a experiência escolar e educativa, criar outras derivações que potencializam o campo da subjetividade considerando os processos de singularização. Da máquina escolar constituída, produzir micromáquinas de outros devires. Com efeito, estaríamos sob a experiência.

⁶ A topografia, neste contexto, é tomada como uma descrição de superfície que não relata o que seria a essência de uma instituição escolar brasileira nos dias atuais, com seus erros e acertos, nem tampouco estabelece uma possível solução em forma de modelo pedagógico a ser seguido, mas em contrapartida, procura descrever o funcionamento das relações que alimentam a subjetivação capitalística, como ainda procura mostrar possíveis resistências a esse processo.

da máquina como repetição do singular [...] [produzindo] diversas formas de subjetividade na ordem do geral sobre o plano individual e coletivo; a máquina como fato de ruptura, como fundação atópica desta ordem do geral (GUATTARI, 1974, p. 243-244).

Para tanto, nos valeremos do pensamento de Guattari. No âmbito da educação, os trabalhos que se utilizam dos seus conceitos vêm chamando a atenção, pelo menos, desde o início deste novo século, como ainda para a compreensão, a análise e a problematização das dimensões de produção de subjetividade no mundo contemporâneo. Habitualmente vinculado ao filósofo Gilles Deleuze, quase sempre a sua especificidade teórica, bem como a sua potência, passa despercebida e minorada. Ao privilegiarmos o seu caráter peculiar, pensamos em contribuir para as séries de estudos e de pesquisas que se empenham em fazer de Guattari uma máquina de afirmação poderosa para pensarmos e agirmos de outros modos na e com a educação. Assim, estaríamos marcando a sua produção intelectual como um campo instrumental necessário para novas análises da relação da escola com os seus sujeitos e a nossa sociedade.

1.2 Sociedade capitalística e a topografia da máquina escolar

O capitalismo, tal como o vivenciamos, é um fluxo incrustado nas próprias formações sociais que preponderaram no Ocidente. Várias máquinas operaram com o intuito de ativar a grande máquina de organização, de reativação, de consolidação e de efetivação do capitalismo. Segundo Guattari (2011a), as particularidades da aristocracia nobiliárquica e eclesiástica, antes mesmo da consolidação da burguesia, já assinalavam para os sentidos das cadeias produtivas de uma acumulação que criou condições de aparelhar e de equipar as relações artesanais, comerciais e urbanas em um sentido muito preciso. Cindir o mundo entre senhores e serviçais, entre nobres e plebeus, entre detentores de redes de poder e os seus detentos – suseranos e vassalos – predizia a lógica bipartida de toda assimetria que, mais tarde, haveria de coincidir com os fluxos capitalísticos entre: “funções de poder, de competências técnicas, de instituições, de equipamentos, de fluxos monetários, de fluxos de saber, de fluxos de mercado...” (GUATTARI, 2011a, p. 43).

O efeito primordial de cada máquina convocada a operar na consolidação da grande máquina capitalista foi o de estabilizar a ordem das coisas, dos indivíduos e dos coletivos, das funcionalidades de seus elementos e da dedução útil de suas potencialidades. A burguesia, assim, bem como o seu oposto,

resulta de uma estratificação social conservadora – que tende a conservar os direitos adquiridos –, enquanto que o capitalismo resulta de uma conjunção de componentes maquínicos que tendem, ao contrário e apesar da burguesia, a desestratificar o campo social (GUATTARI, 2011a, p.45).

Em outros termos, o que vemos se alojar como condição de fundo das relações maquinadas no capitalismo é, em uma via, a serialização dos signos de diferenças sociais. Tais diferenças grassam todo o tecido social no qual vivemos, e nos preparam para aceitar, com normalidade, a economia subjetiva que nos instala na especificidade de nosso estrato,

com tudo que lhe convém e lhe é de direito. Em outra via, deparamo-nos com o empoderamento da capacidade da máquina capitalista a se difundir no âmbito das microrrelações, isto é, de se desestratificar em todos os estratos sociais possíveis, instalando-se, de maneira polvilhar, em toda potencialidade subjetiva singular para enquadrar, balizar, constituir e conduzir, fazer adaptar e dar sentido aos modos de viver, de pensar, de sentir, de valorar, de perceber o mundo e a si mesmo, de se consentir aos sistemas qualificadores, enfim, de viver como se vive.

Por conseguinte, com o passar dos séculos, o sistema capitalista assumiu novas formas de se reproduzir, sendo a sua atual configuração a que melhor hegemonizou seus valores, os seus fluxos e a coextensão de suas máquinas. Conforme Guattari (1987; 2005; 2011a; 2011b), sob essas condições, o capitalismo se transformou, atingindo a consistência de um capitalismo mundial integrado – CMI. Apesar de funcionar desde o início dos anos 1960, só veio a ganhar contornos mais acentuados a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, o desmoronamento do comunismo soviético e o fim da Guerra Fria. Nos próprios dizeres de Guattari (1987, p.211),

O capitalismo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com os países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora de seu controle.

Sob o efeito da desestratificação do capitalismo, a sociedade cedeu lugar à outra dimensão de relações com o próprio capitalismo, pois as máquinas capitalistas passaram a se difundir de modo preponderante em toda a capilaridade social. Então, para Guattari, não se trata mais de uma sociedade capitalista, mas, sim, de uma sociedade *capitalística*. Com tal noção, vislumbramos o extravasamento comum da noção de sociedade capitalista, no mínimo, por três motivos.

Em primeiro lugar, a sociedade capitalística expressa um fenômeno de interdependência dos fluxos maquínicos do capital que rompem com os limites das sociedades ordinariamente qualificadas de capitalistas. Em cena, encontra-se em jogo o conjunto das relações dos seres humanos afetadas com todo o tipo de produção, consumo, troca e circulação de bens materiais. Mas também entram em questão os elementos culturais, os feixes de significantes-significados, as formas de percepção e de apreensão de tudo o que se pode conceber por realidade, ou o “meu” mundo, incluindo as próprias disposições de convivência das relações humanas. Mesmo em um país deslocado das formas precípuas de relações capitalistas, como no caso do Sudão do Sul, veremos em ação uma série de máquinas capitalísticas responsáveis por intervir em sua territorialidade social, afetando indivíduos e coletivos concretos. Qualquer ação de “boa intervenção” político-social por parte de organizações como ONU, Unesco, Otan, Cruz Vermelha, OMS fazem conexão com *phylums* da grande máquina capitalista.

Tal interdependência, em segundo lugar, reanima não um bloco contínuo e unívoco de sentidos e de possíveis em torno do capital. Na sociedade capitalística vivemos em fluxos derivados a partir de infinitas relações sociais ramificadas na própria miríade dos fluxos capitalistas. Essa variação de intensidade, contudo, converge para uma mesma política de afirmação de desejo⁷ no campo social e de afirmação de um modo de produção da subjetividade e da relação com o outro. Tudo é sempre animado para controlar e bloquear o que possa desestabilizar o fluxo do controle capitalístico. É dessa forma que desordem se torna desordem em qualquer lugar, pois o que está em xeque é a redundância da ordem no conjunto de seus possíveis: a ordem dos segmentos sociais, a ordem do corpo, do trabalho, do desejo, da rotina, das relações entre amantes; ordem do pensamento, da percepção, dos afetos; ordem cultural, forjando os seus equivalentes e as suas distinções. Seja como for, o que se impede e se bloqueia é a desordem no âmbito de qualquer ordem. A produção de subjetividade, claro está, depara-se com uma semiótica continuada de condicionantes que são feixes de mais-valia, ordenadores das condições pelas quais a cada sujeito é possível alcançar a sua dimensão subjetiva.

Consequentemente, a sociedade capitalística é aquela que se devota a lutar e a combater, a fechar em certos territórios e a retirar de outros, a inventar e a produzir vacinas paralisantes de todo tipo contra os processos de singularização. Uma vez que a máquina capitalística segue par e passo com a sociedade industrial, a subjetividade tende a ser produzida em linha seriada, contínua e massificada. Nos argumentos de Guattari (2004, p. 125),

a subjetividade da sociedade industrial pôde encarnar-se, numa visão de ficção científica, numa enorme máquina de calcular que define para cada tipo de necessidade uma resposta, não só para os indivíduos vivos, mas também para as próximas gerações!

A essa altura, é desnecessário dizer o quanto a escola veio a ocupar lugar de destaque. Aliás, ela é um dos equipamentos coletivos⁸ responsáveis por atravessar todo o tecido social de uma sociedade em uma aposta dupla. À medida que se circunscreve sob os condicionantes históricos da sociedade capitalística, a máquina escolar prepara as singularidades de seus sujeitos como uma linha produtiva massificada, planificada, serializada e homogênea. Por derivação, ela estorna os mesmos indivíduos, hoje e nas próximas gerações, para os fluxos sociais de captura pertinentes à máquina capitalística.

⁷ Apenas a título de marcar um posicionamento mínimo quanto ao vasto campo do desejo, remete os leitores à seguinte citação: “O desejo não é estritamente humano, ele é produzido por meio de agenciamentos de fluxos humanos e não humanos, de uma multiplicidade de máquinas técnicas, sociais e abstratas. O desejo é máquina, síntese de máquinas, agenciamento maquínico (...) o desejo é transbordamento; é da ordem da produção e não da falta” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 390).

⁸ No texto, *Devir criança, malandro, bicha*, que faz parte do livro *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*, Félix Guattari (1987) retrabalha o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, do filósofo Louis Althusser, acrescentando a esse conceito o componente maquínico. A preocupação do pensador francês, portanto, não estava em superar ou negar o conceito utilizado por Althusser, mas em ampliá-lo. Dessa forma, cunhou o termo: equipamento coletivo de subjetivação.

Se todo equipamento coletivo produz “condições semióticas de divisões de classes” (Guattari, 2011a, 35), a ciranda produtiva da máquina capitalística dificilmente se interrompe, pois a especificidade de cada sujeito é trabalhada para se adequar ao que convém à sua própria semiótica subjetiva: sujeitos normais e anormais, produtivos e improdutivos, obedientes e arredios, organizados e desordeiros, apto ou inapto, regular ou irregular, etc.

Para os equipamentos coletivos, como no caso da escola, os sujeitos dissonantes aos fluxos capitalísticos de regulação e de equilíbrio são um problema a ser tratado por meio da operação de descarte de suas potencialidades. Dessa maneira, a escola se afina com uma meta-produção serializada de equivalências subjetivas, ao colocar em relevo os sujeitos que compõem os “resíduos da sociedade”, na expressão de Foucault (2006, p. 136), que se corporificam como “resíduos da história, resíduos da humanidade em geral – todos indivíduos: delinquentes, povos a colonizar ou loucos –, que não se pode converter, civilizar”. A escola, assim, é um limiar produtivo: ou de sujeitos-padrão a serem decalcados na sociedade capitalística, já que ela reproduz o modo inerente do funcionamento da máquina capitalística; ou de sujeitos residuais, enfeitados da máquina, processados como escolhos e imperfeitos pelo sistema de controle e de qualidade da máquina produtiva de subjetividade, que no lugar de serem indicativos das falhas do sistema são tomados por ameaças constantes ao próprio sistema. Por isso mesmo, a sociedade capitalística “é uma máquina significativa que predetermina aquilo que deverá ser bom ou ruim para mim e meus semelhantes nesse ou naquele ambiente potencial de consumo” (GUATTARI, 2004, p. 127).

É certo dizer que a sociedade capitalística nos equipa o tempo todo com modelos. Para tanto, ela reúne componentes em constantes agenciamentos. Ela produz, ativa e faz conectar os fluxos materiais e semióticos, territórios existenciais, universos incorporais e *phylums* maquínicos. Com efeito, somos reenviados incessantemente a um sistema produtivo de “modelos de percepção, de motricidade, de inteligência, de memória” (Guattari, 2011a, p. 30). Não fogem disso os afetos, os comportamentos, os componentes plásticos das artes; a fala, a leitura e a escrita aí também são modelizadas. A modelização capitalística equipa-nos com todo o tipo de modelos apenas para que sejamos, nos termos de Guattari (2011a, p. 30), “diferentes segundo cada posto que nos é atribuído em função de pertencimento” social; e óbvio, em função de nossa condição de consumidores. E é o consumo, em todas as suas instâncias, formas e vias, que se firma como um dos modelos fundamentais a partir do qual nos constituímos como experiência subjetiva. No consumo se fortalecem as apostas codificadoras dos modos preestabelecidos de nos serializar. É assim que o mesmo objeto não possui o mesmo valor quando veiculado nos meios de elite sociais, intelectuais, acadêmicas, periféricas, etc.

A configuração atual do sistema capitalista, segundo Guattari, conseguiu controlar e organizar produtivamente não só as atividades econômicas tradicionais, mas também as que formalmente escapavam da definição econômica de trabalho, como, por exemplo, a maioria das atividades não assalariadas. Essa hegemonização só foi possível quando uma série de

máquinas sociais se articularam e passaram a trabalhar na aproximação do campo não produtivo de algumas máquinas sociais com o produtivo de outras, transformando o primeiro campo em sua extensão capitalizada. Em outros termos, aquilo que Guattari (1995, 2011a, 2011b) nomeou de equipamentos coletivos: a escola, a igreja, a família, as corporações midiáticas, os partidos políticos, as empresas, os sindicatos, centros de saúde, etc., somaram-se às inúmeras máquinas técnicas: os rádios, os computadores, os televisores, os carros, os celulares, etc., articuladas pelas máquinas abstratas, como as línguas, as leis, as músicas, as linguagens informacionais, etc. Em seu livro, *Revolução Molecular*, Guattari (1987) afirma que a noção de empresa capitalista deveria se estender aos equipamentos coletivos não produtivos⁹, e a de posto de trabalho, à maioria das atividades não assalariadas.

De certa maneira, a dona de casa ocupa um posto de trabalho em seu domicílio; a criança ocupa um posto de trabalho na escola, o consumidor no supermercado, o telespectador diante de seu vídeo... Quando as máquinas parecem trabalhar sozinhas, na verdade o conjunto da sociedade é adjacente a elas (GUATTARI, 1987, p.199).

O capitalismo em sua ânsia de se reproduzir busca fazer com que todos os setores não produtivos da sociedade tornem-se adjacentes ao setor produtivo e que de certo modo possam também produzir. A máquina social escolar brasileira de ensino básico, na qualidade de instituição não produtiva, foi, a partir das últimas três décadas do século XX, transformando-se em uma espécie de empresa capitalista. Não apenas por preparar exclusivamente os estudantes para o ciclo de produção de bens e de serviços como futuros trabalhadores que ocuparão postos de comando ou de sujeição, ou ainda, consumidores abastados ou desabastados, mas, sobretudo, por produzir nesses jovens determinadas maneiras de sentir, de pensar, de se comportar, de desejar, de falar e de se relacionar uns com os outros, pautados nos valores capitalísticos. Um estudante, ao concluir o ensino básico, neste contexto, estará apto a prosseguir de um equipamento coletivo a outro, pois seus agenciamentos coletivos, aquilo que emerge como o seu território existencial, se relacionará, sem muito esforço, às necessidades de funcionamento de outros equipamentos coletivos reprodutores do sistema capitalista. Esse processo pode ser caracterizado como um assujeitamento dos agenciamentos coletivos de enunciação à axiomática capitalista.

Ao pensarmos a escola, por conseguinte, é interessante fazer notar como a produção discursiva atual em torno da inclusão escolar acaba convergindo para a expansão do alcance de penetração do produtivismo capitalístico, uma vez que mais indivíduos passam a ser equipados com os afluentes de seus fluxos valorativos, qualificadores, permissivos e proibitivos atinentes à vasta consolidação do próprio sistema capitalista. O mesmo poderia ser dito de políticas públicas como a da progressão continuada, os exames avaliadores de ensino fundamental e médio – Saesp, Prova Brasil, Enem. Em jogo encontram-se formas de potencializar no equipamento coletivo escolar a coincidência performativa empresarial do

⁹ A designação de equipamento coletivo não produtivo corresponde à noção de uma instituição que não tem como objetivo principal produzir bens de consumo ou valores monetários.

total aproveitamento, da racionalização calcada na calculabilidade, na eficiência, na previsibilidade, na planificação dos custos e dos benefícios do que vale a pena ser ativado ou não na escola.

Como máquina social, a escola também se torna uma usinagem de planificação subjetiva ao reproduzir a ampla gama de referentes modelares capitalísticos. A máquina escolar, então, acaba exercendo o seu papel dentro da axiomática capitalística para devolver o que lhe convém ou não, para filtrar as competências, as apetências e as percepções de cada um de seus sujeitos. Por isso mesmo, a revolta nunca esteve tão *démodé* em nossa sociedade e a indisciplina tão presente na escola. De um lado, como em um processo de fagocitose, somos digeridos por um sistema capitalístico de normopatia. De outro lado, a indisciplina na escola é equivalente à produção dos resíduos da sociedade, dos que não operam na normopatia e que, por isso mesmo, são tomados como significantes a serem utilizados como engrenagem de produção de medo à exclusão, ao não encaixamento social, à deriva, à reclusão, ao fracasso existencial, à desclassificação, enfim, medo ao modo de ser não reconhecido no que se é.

Não é sem sentido que para Guattari, a transformação de setores não produtivos em produtivos era uma antiga aspiração histórica da burguesia para manter o controle sobre a produção de subjetividade. O seu controle e estímulo por meio de uma série de máquinas sociais, técnicas e abstratas, a burguesia assegurou para si mesmo, como classe social, a manutenção de seus privilégios até os dias atuais. Tal processamento se sedimentou no curso de nossa história à medida que a própria burguesia passou a se encrustar em todos os aspectos e tipos de máquinas estatais. O Estado capitalístico, dessa maneira, vem operando os mesmos valores, as mesmas estratégias e as mesmas apetências sociais. Inevitavelmente, o Estado se tornou o maior agenciador de todas as empresas capitalistas. Assim, caso a hipótese sugerida por Guattari faça sentido e os equipamentos coletivos, inclusive a escola, sejam caracterizados como uma espécie de empresa capitalista com postos de trabalho não assalariados, destinados à produção de subjetividade, a seguinte pergunta surge: como a subjetividade capitalística é produzida nessa instituição?

1.3 A produção de subjetividade na máquina escolar

As instituições escolares produzem a subjetividade capitalística à medida que os comportamentos de submissão às hierarquias e os individualismos de todas as ordens se reduplicam de maneira semelhante. Na qualidade de equipamento coletivo, a instituição escolar ajudou a assegurar desde o final do século XVIII, quando se tornou obrigatória em alguns países da Europa, a manutenção do sistema capitalista, reproduzindo e fixando no corpo e na subjetividade, dos estudantes e de seus demais funcionários, relações hierárquicas típicas das relações encontradas fora dos muros da escola. As táticas, desde então, de produção e de reprodução das subjetividades capitalistas, podem ser observadas se

prestarmos atenção nas ações pedagógicas, nas relações hierárquicas, nas punições empregadas nessa instituição e no próprio espaço arquitetônico escolar.

Ora, o próprio funcionamento das engrenagens do aparelho coletivo escolar faz girar uma série de componentes que ativam a mesma circularidade de suas táticas dentro do sistema capitalista. Como aparelho coletivo, cada escola acaba, em um momento ou em outro, ativando ações pedagógicas destinadas à prática docente de cima para baixo por uma regra ou lei, portanto, derivadas da máquina abstrata, e cabendo ao professor incorporá-las se não quiser ser punido. Além disso, entre as inúmeras leis e regras pedagógicas, podemos destacar aquelas que determinam a educação pública e privada como monopólio legislativo do Estado capitalístico; que estabelecem os conteúdos a serem ensinados; que organizam de forma estanque os conteúdos curriculares, sem qualquer interconexão entre os saberes; que impõem aos professores a retenção dos estudantes por falta de assiduidade; que fixam um número elevado de estudantes por sala; que obrigam o professor a classificar os estudantes por meio de exames e fixam remunerações baixíssimas para os docentes, obrigando-os a se submeter a jornadas de trabalho desumanas.

As relações hierárquicas estabelecidas na instituição escolar seguem um modelo vertical de organização, pois o cumprimento das leis e das regras formuladas pelo Estado capitalístico é fiscalizado oficialmente por um superior imediato. Poder-se-ia argumentar que tal visão é fechar a escola em um pré-determinismo redutor. Contudo, não podemos ignorar que a escola está assentada nos condicionantes capitalísticos. Notemos, porém, que no caso dos professores e dos outros funcionários, os coordenadores e os diretores cumprem essa função; no caso dos estudantes, é primeiro o professor e depois o diretor que exerce esse papel diretamente. E uma vez que a subjetividade se planifica dentro dessa maquinaria, os próprios estudantes acabam reproduzindo os agenciamentos de hierarquização entre eles. As apetências da sociedade capitalística, nesse sentido, operam desde o instante em que os sujeitos entraram em contato com o sistema escolar para prepará-los de dois modos. Primeiro, para que se ajeitem no ordenamento que captura as potencialidades de processos de singularização, em detrimento da hierarquia que ordena, escala, distribui, normaliza, homogeneiza de cima para baixo. Segundo, para que os próprios alunos reprogramem as potencialidades de seus comportamentos, de suas atitudes e de seus coletivos conforme a hierarquia. Assim, eles passam a estatuir entre os seus semelhantes o mesmo jogo hierárquico: criam as turmas distintas; o jogo perverso da exclusão e da inclusão pela fala, pela semiótica corporal, pela classificação de estilos, pelo *bullying*; reativam na reprodução dos gestos e do pensamento o jogo de territorialização destinado a ecoar o mesmo território pelo qual são constituídos.

Com efeito, e para o nosso espanto, a lógica coincidente da fixação hierárquica capitalística na escola, bem como em todo aparelho coletivo, ativa “os modos de estruturação das subjetividades sociais” (GUATTARI, 2005, p. 216), fazendo coincidir as barreiras que delimitam as elites capitalísticas com a distribuição das posições subjetivas de cada um. Não é sem sentido, portanto, que para Guattari, o capital mundial integrado apodera-se da

totalidade dos modos de subjetivação. Dito de outro modo, a condição do próprio nascimento de cada pessoa já prenuncia tais condicionantes de sua subjetividade tanto individual quanto coletivamente.

Há determinações de formação semiótica, determinações de formação cultural, que fazem com que uma pessoa, por mais genial que ela seja, por mais que estude todos os livros do mundo, por mais extraordinário que seja seu trabalho, se ela é de um certo meio social, ela nunca será legitimada para passar para as elites capitalísticas (GUATTARI, 2005, p. 216).

Consequentemente, na sociedade capitalística a experiência do nascimento já lança o sujeito em uma possibilidade de territorialização a potencializar a sua própria constituição subjetiva. Apesar de não se tratar de uma aposta no determinismo socioeconômico, o que deve ser destacado no pensamento de Guattari é o fato de que os conjuntos incontornáveis dessas determinações, inegavelmente, acabam operando as engrenagens da hierarquização. E serão os modos pelos quais os sujeitos atravessam os aparelhos coletivos, assim como por eles são atravessados, que as determinações acabam ganhando respaldo e força, tanto em suas razões de ser quanto em suas funções de operar a maquinaria capitalística. Poderíamos dizer, por consequência, que nascer na sociedade capitalística já é padecer de certa punição naquilo que se é, e por aquilo que dificilmente se poderá vir a ser.

Não seria, por isso mesmo, que em todas as instituições sociais os mecanismos de punição sejam severamente articulados? Não seriam todas as séries de micropenalidades que entrecortam a existência humana apenas um efeito circular da própria necessidade em manter cada um no seu devido lugar, como é própria da sociedade capitalística? Ora, se levarmos em consideração a escola, tal como a vemos coincidir com a maturação da sociedade capitalista contemporânea (Foucault, 1987), veremos as punições nela empregadas cumprindo justamente esse papel. Em todo o seu tecido hierárquico, as punições se presentificam. Elas se destinam aos estudantes e aos funcionários. Suas formas são inúmeras e variadas, indo das punições oficiais, legais, às não oficiais.

Entre as punições oficiais direcionadas aos estudantes, estão os sermões do(a) diretor(a) ao estudante na presença dos seus pais, as clássicas suspensões das aulas para o estudante “transgressor” e, em casos mais graves, a transferência compulsória do estudante (a antiga expulsão). Dentre as punições não oficiais direcionadas aos estudantes, destacamos: a não pontuação do aluno, impedindo que ele alcance a nota ou conceito máximo em determinada disciplina; ser colocado pelo professor para fora da sala de aula; a obrigatoriedade da permanência do estudante na sala sem frequentar atividades recreativas oferecidas pela escola.

Já as punições oficiais direcionadas aos funcionários podem esquadriñar o não pagamento de bônus e premiações para os funcionários das escolas que não atingirem os índices oficiais estipulados pelo Estado; a não concessão de férias-prêmio. Diretamente relacionado com o professor, há a perda de pontuação para a atribuição de aulas; no caso de

instituições particulares, a demissão. E ainda há o mecanismo da perda de pontos que possibilitariam, caso fosse necessário, uma remoção de unidade, como ainda, no caso de instituições privadas, sua demissão. Já entre as punições não oficiais direcionadas aos funcionários, lembramos da perseguição explícita e implícita, que abrange a não adequação de um horário ao demasiado rigor na cobrança das atividades prestadas. Os exemplos poderiam ser estendidos, mas seria impossível catalogá-los e estendê-los a um patamar do oficial e do não oficial, poderíamos dizer oficioso, se levássemos em consideração a ampla rede de microcontroles e micropenalidades que recobrem o aparelho escolar. Seja como for, no cotidiano de uma instituição escolar eles estão presentes. E nessa rápida topografia das relações institucionais, deparamo-nos com um número sobejo de coincidentes com os operadores maquínicos da sociedade capitalística e, claro está, tão bem conhecidas por todos aqueles que vivenciam o seu dia a dia na escola, ou em qualquer outro aparelho coletivo. Ora, nessa espécie de descrição de superfície não está em questão o que seria a essência de uma instituição escolar brasileira nos dias atuais, nem os seus erros e acertos, tampouco uma possível solução em forma de modelo pedagógico a ser seguida. Em contrapartida, apenas enfatizamos alguns agenciamentos em torno do funcionamento das relações que alimentam a subjetivação capitalística nas instituições escolares.

Ao mesmo tempo em que a instituição escolar, como máquina que é, faz uso de toda a sua força para operar os seus alisamentos subjetivos, em uma espécie constante de “repressão”, em outro nível, ela consegue estimular positivamente as pessoas que vivenciam cotidianamente as suas regras. Não é sem motivo que a máquina escolar faz uso de um jogo binário de negatividades e positivities sobre os indivíduos: pune e recompensa; desclassifica e classifica; condena e absolve; desprestigia e prestigia, deslegitima e legitima; invisibiliza e visibiliza para reproduzir o sistema e consequentemente a subjetividade capitalística.

O próprio espaço arquitetural dos prédios escolares colabora para esse tipo de mingau subjetivo. Isso ocorre porque eles não são apenas materiais, funcionam produzindo fluxos que, ao se aglomerar com outros fluxos de subjetivação presentes no espaço, induzem ou inibem determinadas ações.

O alcance dos espaços construídos vai além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas funcionando como o “companheiro” anteriormente evocado, máquinas portadoras de universos incorporais que são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quando no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva (GUATTARI, 1992, p. 158).

Para quem conhece os espaços escolares de nosso país, não fica difícil imaginar qual o tipo de subjetividade que se produz nos lugares que mais se parecem com prisões, hospitais e fábricas.

(...) Por exemplo, quando entramos em certas escolas primárias, sentimos uma angústia que transuda das paredes, fator de subjetivação parcial que se integra à “paisagem” vivida de cada estudante e de cada professor (GUATTARI, 1992, p. 162).

Ao levarmos em consideração todas essas dimensões, vemos que a topografia da máquina escolar, como se vê, inegavelmente, denota uma derivação do continente maquínico da sociedade capitalística. Na qualidade de instituição modelar, a escola desde a sua arquitetura, as suas regras, a disposição de suas hierarquias, os seus jogos de acessibilidade aos saberes, os fluxos semióticos de produção de comportamento, de atitudes, de percepções, de apetências e de competências, engrenam-se com a metamodelização *capital* de nossa sociedade. Por isso mesmo, a máquina escolar se torna um local de iniciação ao modo de vida capitalista, pois ajuda a promover a laminação das subjetividades dos estudantes e de todos os indivíduos que circulam pelo seu espaço. É urgente, portanto, frente à afirmativa que a instituição escolar é um equipamento coletivo de produção de subjetividade capitalístico, pensarmos em diferentes processos educativos que proporcionem a singularização.

1. 4 É preciso maquinar outra máquina escolar? Notas finais

Das análises aqui empreendidas acerca da topografia da máquina escolar, desde o pensamento de Guattari, depreendemos no mínimo três diagnósticos com o intuito de levantarmos o que julgamos ser o grande fundo desafiador para o campo da educação contemporânea, levando em consideração que educar, em nossa sociedade de Estado, passa forçosamente pela institucionalização da própria educação.

A primeira dimensão emergente de diagnóstico analítico diz respeito às condições capitalistas das relações humanas. A longa trajetória da sociedade capitalística, tal como vimos, sedimentou em todo tecido social os valores de uma produção que, ao mesmo tempo, como Marx (1999) já previra, também são valores de consumo, de distribuição e de circulação. Trata-se não somente de mercadorias, mas de “códigos metonímicos iniciáticos”, nos termos de Guattari (2004, p. 228), face a uma ordem de mundo capitalista. No teatro existencial, esse grande cenário responsável por servir de referente aos nossos modos de ser não nos é facultativo. Nele existimos e nele persistimos. Implica pensar que até mesmo a condição prévia na qual nos instalamos nesta experiência tão tênue chamada de vida passa pelos sentidos produzidos nas relações que são encenadas em tal sociedade.

Não apenas *como se casa, como se morre*, na moldura literária de Zola (2000), denotam as fatias da vida condicionada aos estertores de um mundo reduzido aos negócios, aos interesses econômicos, aos seus possíveis e às máquinas de produção. Mas também entram aí como a nossa percepção é produzida, os nossos sentidos, os códigos que vão reger a nossa leitura de mundo e a sua relação com ele, a nossa simpatia, apatia e todo *pathos* dragados nos fios maquínicos dos possíveis e dos impossíveis delimitados no jogo de um

custo-benefício. O *topo* inequívoco do capitalismo consiste em naturalizar toda essa eficiência produtiva. Com efeito,

os modos de vida e de informação, as instituições, tudo nos predispõe a aceitar sem maior reflexão sistemas de coerção de todo gênero, a par de um assujeitamento quase absoluto às engrenagens econômicas (GUATTARI, 2004, p.268).

Entramos, assim, em uma segunda vertente de diagnóstico. Na máquina capitalista, situamo-nos em uma meta-estabilização de uma gramaticalidade dominante cujos signos falam e anunciam cotas e posicionamentos de forças, quer dizer, de relações de poderes a reenviar para um mesmo campo de poder, o da sociedade capitalística, tudo o que deve ser traduzido, interpretado, adaptado, compreendido e reativado como normal. Todo tipo de modelagem reside nesse processo. A frase correta a que a criança se vê obrigada a aprender, pela repetição, não pressupõe a compreensão de uma lógica dos signos e dos termos em questão. A frase correta é sua inserção aos conectores de protonormalização que marcam uma posição de poder, um lugar hierárquico, uma função de submissão às regras, às leis, às observâncias do incansável jogo entre certo e errado. É o mesmo que obedecer ao chefe na empresa: o correto procedimento a ser executado não pressupor a inserção do sujeito em sua compreensão. Na sociedade capitalística a alienação social refluí nos mesmos fluxos para produzir as competências e as performances convenientes às engrenagens de seu sistema. Portanto, “toda cristalização de competência como norma, como enquadramento de performances concretas, sempre é sinônimo do estabelecimento de uma posição de poder” (GUATTARI, 2011b, p.30).

As maneiras pelas quais a naturalização das relações capitalísticas se avizinham com os processos de normalização fazem sentido à medida que ambos se micropotencializam na miríade de equipamentos coletivos que institucionalizam essas relações capitalísticas. Assim, o terceiro diagnóstico nos leva a entender que em cada instituição se maquina o instituído. No âmbito da economia subjetiva, toda instituição se vale do uso

das formas vigentes, o instituído, como parâmetro único e exclusivo na organização de si mesmo e das relações com o outro, evitando assim sucumbir ao perigo de esfacelamento que poderia estar sendo provocado por qualquer tipo de mudança (GUATTARI, 2005, p.102).

A paquidermia institucional persiste pelo fato de grudar nos indivíduos que por ela passam uma identificação. Tal processo ocorre com a sobrevida do piramidismo das organizações institucionais que não passa de respondente da grande organização social dominante, como atesta Guattari (2004). Os equipamentos coletivos, dessa forma, são verdadeiras máquinas de inserção em territórios convenientes com a demanda de mobilização regrada, calculada, serializada e disposta conforme as demandas de modelagem reguladoras e de funções-chave da sociedade capitalística. Cada instituição, assim, é um verdadeiro gestor dos fenômenos de singularidades capitalizando-os e canalizando-os para as codificações instituídas e que, portanto, são fáceis de serem lidas, adotadas, diagramadas, distribuídas, cobradas, decalcadas nos sujeitos e, claro está, produzidas em série. Em cada tijolo das

paredes institucionais repousa uma mesma velha forma de modelagem subjetiva. E não seria, por isso mesmo, que somos tão dependentes das instituições?

Os *phylums* presentes nesse diagnóstico pesam, com toda a forma de seus arcaísmos, sobre cada operação da máquina escolar. Todo tipo de usinagem produzida dentro de sua territorialização, inclusive as relações de ensino e de aprendizagem, de informação e de poder, de relações entre os seus sujeitos, entram como sentido ativo da cadeia produtiva “constitutiva da força coletiva de trabalho e que implica um investimento ‘superegóico’ de papéis profissionais e de funções hierárquicas” (GUATTARI, 2011a, p.69). Naturalização, normalização e modelização subjetiva instituída concorrem, dentro da maquinaria da escola, para o assujeitamento generalizado. A cristalização do *socius* escolar é ritmada em cada etapa de suas operações, cuja dependência do Estado, no final das contas, remete-nos à dependência econômica, algo gerado e gestado pelo fantasma da qualidade. E aqui encontra-se um verdadeiro sistema de interação:

(...) Os sistemas relacionais de organização dos espaços, o sistema de emprego do tempo, os ritmos do trabalho, os limites impostos ao direito da palavra, os entraves aos movimentos no espaço, a interdição pura e simples de toda expressão de componentes semióticos corporais, musicais, plásticos, etc. (GUATTARI, 2011a, p.69).

Ora, por ser um equipamento coletivo, afinado com a axiomática capitalista, a máquina escolar pouco altera a sua função de ativar grupos sujeitados. Professores, alunos, pais de alunos, gestores, e toda a sorte de burocrata são dragados pela funcionalidade do que os identifica como variáveis dos grupos sujeitados: grupos cuja lei vem do exterior, cuja hierarquização é demonstração de ajustamento idealizado a outros grupos; aqui são vetadas a afirmação das singularidades no grupo, as ações a deslizar para fora do acatamento legalista da instituição, os movimentos de questionamento da organização e de sua funcionalidade; nos grupos sujeitados as práticas existenciais são componentes redutores da consistência subjetiva.

Mas a partir do momento que a máquina escolar pudesse perceber e se sensibilizar para outras maquinações produzidas dentro de seu interior, certamente, algo diferente se produziria. Viria à tona uma riqueza inaudita, imperscrutável, latente, micropolitizada, movente como o dançarino de Zaratustra, incansável, indômita e incoativa em sua maneira de delatar a pacificação universal da macropolítica capitalista, de denunciar o grude institucional e os seus decalques subjetivantes, a identidade instituída, a captura zelosa das normas, as pacificações da potência criadora e a unificação paralisante do pensamento e das ações utilizáveis. Veríamos se constituir séries de grupos-sujeitos. Um grupo-sujeito tem a marca da “recusa de se submeter às exigências dos grupos sujeitados” (GUATTARI, 2004, p. 66); o grupo-sujeito rompe com a coisificação de si mesmo, pois não visa a se modelar e nem se tornar modelo; e ainda objetiva “fazer oscilar, rachar, o caráter de totalização de uma instituição” (GUATTARI, 2004, p. 69).

Se não vemos tudo isso é porque nos instantes em que se pode afirmar a repulsa e a contraidentificação com a máquina escolar, o coro dos presságios do grande sistema institucional se vale de suas camisas de força paralisantes. Quase sempre, perante à singularização de um grupo-sujeito, convoca-se em nome da ordem, da norma, do que é “natural” e do que pode ser negociado por sua função capitalística, o rendimento, a eficiência, a obediência, o acerto, os prazos, as derivações computadas para ganhos, etc., etc., etc., as mesmas consistências da velha máquina escolar.

A topografia da máquina escolar, dessa maneira, revela a sua dupla face. De um lado, coincide com as mesmas consistências da sociedade capitalística. De outro, porém, vê-se confrontada com uma miríade de pequenas máquinas que, em nome da sabotagem criativa, são sinais de busca e de afirmação de outras dimensões de constituição de relações, de percepção do mundo, de inserção e de ação nos coletivos, de desinstitucionalizar a ordem do mesmo, de potencializar os sujeitos como produtores de cortes no sono dogmático da sociedade capitalística, de criar resistência aos significantes-chaves do poder homogeneizado, de produzir cortes como fator de ruptura disso e daquilo outro.

Talvez haveríamos de nos perguntar: mas como? Aqui basta um silêncio. Ouviremos tanto os ruídos grandiosos da grande máquina escolar, quanto o ronco sussurrante das pequenas máquinas que estão vibrando o tempo todo em outras sintonias, e que só precisam ser liberadas. Pois é certo que elas estão ali, sempre maquinando para “produzir algo que não exista, produzir uma singularidade na própria existência das coisas, dos pensamentos e das sensibilidades” (GUATTARI, 2005, p. 213).

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. **Psychanalyse et transversalité**. Paris: F. Maspero, 1974.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix. **Psicanálise e transversalidade**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

GUATTARI, Félix. **Lignes de fuite:** pour un autre monde de possibles. La Tours d'Aigues: L'aube, 2011a.

GUATTARI, Félix. **L'inconscient machinique:** essais de schizo-analyse. Paris: Éd. Recherche, 2011b.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas:** cartografias do desejo. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

ZOLA, Émile. **Como se casa, como se morre.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

Como citar este documento:

CARVALHO, Alexandre Filordi de; CAMARGO, André Campos de. Guattari e a topografia da máquina escolar. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 107-124, jan./abr. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em:
<<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6457>>. Acesso em: 29 abr. 2015.